
Guaíra
Transmissora de
Energia Ltda.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Guaíra Transmissora de Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Guaíra Transmissora de Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 21, foi conduzido sob a responsabilidade de outros



Guaíra Transmissora de Energia Ltda.

auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 4 de abril de 2024, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2024, examinamos também os ajustes descritos na Nota 21 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2023, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício de 2023 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2023 tomadas em conjunto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Guaíra Transmissora de Energia Ltda.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 23 de abril de 2025

A handwritten signature in black ink that reads "PricewaterhouseCoopers".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by
Gabriel Fialho
Assinado por: Gabriel Pintarelli Fialho 0502097047
CPF: 0502097047
Data/Hora da Assinatura: 23 de abril de 2025 | 17:04 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC-SingapuraID-Madeira
ICP-Brasil

Gabriel Pintarelli Fialho
Contador CRC 1PR066300/O-1

GUAÍRA TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2024	2023	01/01/2023
			Reapresentado	Reapresentado
CIRCULANTE		41.046	37.957	36.773
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	7.630	834	2.505
Clientes	5	1.253	630	324
Imposto a Recuperar	6	232	212	305
Estoques	7	1.577	766	556
Outros Créditos		-	205	42
Despesas Antecipadas		105	100	45
Ativo da Concessão	8	30.249	35.210	32.996
NÃO-CIRCULANTE		113.455	113.850	118.450
Ativo da Concessão	8	113.337	113.697	118.263
Imobilizado		3	3	3
Intangível	9	115	150	184
TOTAL DO ATIVO		154.501	151.807	155.223

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

GUAÍRA TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2024	2023	01/01/2023
			Reapresentado	Reapresentado
CIRCULANTE		6.920	13.456	8.501
Fornecedores	10	257	397	1.024
Obrigações Fiscais	11	524	510	599
Obrigações com Acionistas	12	5.545	12.140	6.725
Outras Obrigações	13	594	409	153
NÃO-CIRCULANTE		9.663	10.021	36.646
Obrigações Fiscais Diferidas	14	9.663	- 10.021	10.180
Adiantamento Futuro Aumento de Capital Social	15	-	-	26.466
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	137.918	128.330	110.076
Capital Social		85.000	85.000	85.000
Reserva de Lucros		52.918	43.330	25.076
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		154.501	151.807	155.223

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

GUAÍRA TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
 (Em milhares de Reais, Exceto Lucro por Quota)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
			Reapresentado
Receita de Construção		663	955
Receita de O&M		4.984	4.884
Receita com remuneração do ativo de concessão		<u>29.226</u>	<u>29.689</u>
Receita Operacional Bruta		<u>34.873</u>	<u>35.528</u>
(-) Deduções		(1.748)	(1.427)
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	17	33.125	34.101
(-) Custos Operacionais		(2.745)	(4.619)
Lucro Bruto		30.380	29.482
<i>Receitas (Despesas) Operacionais</i>		<u>(228)</u>	<u>(159)</u>
Gerais e Administrativas	18	(228)	(159)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		30.152	29.323
<i>Resultado Financeiro</i>	19	<u>149</u>	<u>303</u>
Receitas Financeiras		687	830
Despesas Financeiras		(538)	(527)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		30.301	29.626
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		(1.470)	(1.094)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos		163	(72)
Resultado Líquido do Exercício		<u>28.994</u>	<u>28.460</u>
Lucro por Quota:		0,34	0,33

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

GUAÍRA TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO
ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro Líquido do Exercício	28.994	28.460
Outros Resultados abrangentes reclassificados para exercício em períodos subsequentes		
Total de Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	28.994	28.460

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

GUAÍRA TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Lucros à disposição dos Quotistas	Lucros / Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
Em 31 de dezembro de 2022	85.000	1.745	25.298	-	112.043
Dividendos Complementares - AGO	-	-	(3.256)	-	(3.256)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	27.235	27.235
Constituição da Reserva Legal	-	1.362	-	(1.362)	-
Dividendos Propostos Obrigatórios	-	-	-	(6.468)	(6.468)
Dividendos Propostos Complementares	-	-	-	(1.224)	(1.224)
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	18.181	(18.181)	-
Em 31 de dezembro de 2023 - reapresentado	85.000	3.107	40.223	-	128.330
Dividendos Complementares - AGO	-	-	(19.406)	-	(19.406)
Reversão Reserva Legal	-	(3.107)	3.107	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	28.994	28.994
Lucros à Disposição dos Quotistas	-	-	28.994	(28.994)	-
Em 31 de dezembro de 2024	85.000	-	52.918	-	137.918

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

GUAÍRA TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE
MÉTODO INDIRETO
(Em milhares de Reais)

DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2024	2023
		Reapresentado
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	30.301	29.626
Ajustado por:		
Depreciação e Amortização	35	855
Obrigações Fiscais Diferidas	(195)	(177)
Ativo da Concessão	5.321	2.219
Resultado Líquido do Exercício Ajustado	35.462	32.523
Cientes	(623)	(306)
Imposto a Recuperar	(20)	93
Estoques	(811)	(210)
Outros Créditos	205	(163)
Despesas Antecipadas	(5)	(55)
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	(1.254)	(641)
Fornecedores	(140)	(627)
Obrigações Fiscais	(1.456)	(1.183)
Outras Obrigações	185	256
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	(1.411)	(1.554)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	32.797	30.328
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos Propostos	(26.001)	(5.533)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Restituídos	-	(26.466)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	(26.001)	(31.999)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	6.796	(1.671)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	834	2.505
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	7.630	834

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

GUAÍRA TRANSMISSORA DE ENERGIA LTDA.**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO****ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Guaíra Transmissora de Energia Ltda. iniciou suas atividades em 19 de junho de 2017, está registrada no CNPJ sob nº 28.056.960/0001-92, e Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE sob nº 41213204910, com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua João Negrão, nº 2226, Sala 2, bairro Rebouças, CEP 80230-150, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 23/2017, Lote 2 - ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público, publicado no Diário Oficial da União, edição 168, de 28 de agosto de 2017, seção 3, página 110, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas do Lote 2 do Edital do Leilão nº 05/2016 - ANEEL - "Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão".

A Empresa tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas por: LT 230 kV Guaíra - Umuarama 108 km; e SE 230/138 kV Londrina Sul, 3 x 50 MVA.

As Instalações de Transmissão estão localizadas no estado do Paraná, compostas pela Linha de Transmissão Guaíra – Umuarama, segundo circuito, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 108 km, com origem na Subestação Guaíra e término na Subestação Umuarama Sul; pela SE Londrina Sul, unidades de transformação 230/138 kV, 3 x 50 MVA com unidade reserva; módulos gerais, conexões de unidades de transformação, conexões de capacitores, estrada de linha, interligações de barramento, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Guaíra ainda tem por responsabilidade:

I – A implementação do remanejamento dos reatores 13,8kV na SE Guaíra, pela distância aproximada de 400m, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações;

II – A implementação de trechos de Linha de Transmissão em 230kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 4,5km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV LT Londrina (ESUL) – Apucarana C1, e Subestação Londrina Sul, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Londrina Sul, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das subestações Londrina (ESUL) e Apucarana.

As linhas de transmissão Guaíra x Umuarama entraram em operação comercial em 31 de janeiro de 2021, já a subestação Londrina entrou em operação comercial em 15 de dezembro de 2021, com o Termo de Liberação Provisória, sendo emitido os Termos de Liberação Definitivo no ano corrente de 2022.

Ao final do prazo da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à transmissão de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e, ainda, não amortizados.

Estas Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a Empresa atua, e representam a posição patrimonial e financeira da Empresa, em 31 de dezembro de 2024, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

As políticas contábeis materiais adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 23 de abril de 2025.

NOTA 03 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1 Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço.

3.4 Ativo da Concessão

A Assú é titular de uma “concessão” e a infraestrutura não será registrada como ativo imobilizado da Empresa porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos

3.4.1 Ativo da Concessão – Indenizável

A remuneração da Empresa é garantida como um recebível relativo ao direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e orientação técnica OCPC 05.

O recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizados pela Empresa.

A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Empresa, ou prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Empresa integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando a base de cálculo da tarifa de prestação de serviço de concessão, o que ocorrer primeiro.

Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.4.2 Ativo da Concessão – Não Indenizável

Estes ativos da concessão estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que não serão indenizados pelo poder concedente.

Os custos do Ativo de Concessão estão relacionados aos custos atribuíveis pelo período contado a partir da data em que o contrato foi firmado com a ANEEL até a data de sua conclusão. Quando extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema de Serviço Público de Transmissão transferidos à Concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão.

3.4.3 Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ICPC 10, a Empresa efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos financeiros gerados nos contratos de concessão.

3.4.4 Momento de reconhecimento do Ativo de Concessão

A Administração da Empresa reconhece os ativos de concessão com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, e as amortizações se iniciam a partir do momento em que os respectivos ativos entrarem em operação.

3.4.5 Determinação de amortização periódica dos ativos de concessão oriundos dos contratos de concessão

A Empresa reconhece o efeito de amortização dos ativos de concessão decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão, após o início das operações.

3.5 Receita de aplicação financeira

A receita de aplicação financeira é reconhecida em base pro rata dia com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros.

3.6 Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.7 Forma de tributação

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras, sendo aplicados para esta Empresa, os critérios relativos às apurações baseadas no Lucro Presumido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos na demonstração de resultado, decorrem dos juros dos ativos financeiros que estão registrados pelo valor presente dos direitos e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos.

3.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Empresa liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

3.9 AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os Aportes de capital foram efetuados na modalidade de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC.

3.10 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzidos da depreciação/reintegração que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Aneel.

3.11 Intangível

O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição deduzidos da amortização que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Aneel.

3.12 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de Demonstrações Financeiras de acordo com as políticas contábeis materiais adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das Demonstrações Financeiras.

Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras são:

- (a) Provisão para perdas de liquidação duvidosa (PCLD);
- (b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- (c) *Impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis; e,
- (d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

3.13 Mensuração do Valor Justo

A Empresa mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e,
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Empresa.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para fins de divulgações do valor justo, a Empresa determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

3.14. RISCOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.14.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.14.2 Gestão de risco financeiro

A companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

(a) Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

(b) Aplicações Financeiras: São classificadas como mantidos para negociação e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.

(d) Valor justo: Não há instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

(e) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

3.14.3 Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota política conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros, primando pela equiparação dos indexadores.

3.14.4 Risco de crédito

A companhia não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos e de suas políticas de crédito e cobrança.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco de crédito.

3.14.5 Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

3.14.6 Gestão de risco de capital

Os objetivos da companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus quotistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

3.15 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

Alteração ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – “*Presentation of financial statements*”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “*Classification of liabilities as current or non-current*”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e bancos conta movimento	25	15
Aplicações financeiras de liquidez imediata	7.605	819
Total	7.630	834

(i) Aplicações Financeiras

Banco	Tipo	Liquidez	2.024	2.023
Banco Santander	Renda Fixa	Imediata	15	2
Banco Itaú	Renda Fixa	Imediata	7.590	817
	Total		7.605	819

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Empresa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro, com média de rendimento de 101,78% da CDI no Itaú.

NOTA 05 - CLIENTES

	Saldo a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2024	2023
Encargos de uso da rede elétrica	814	163	276	1.253	630
Total	814	163	276	1.253	630

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os AVC's - avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão. O saldo de clientes está demonstrado em Reais – R\$.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Empresa, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

NOTA 06 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	2024	2023
IRRF Retido	128	108
CSLL Retida	23	23
Pis Retido	9	9
Cofins Retida	72	72
Total	232	212

NOTA 07 - ESTOQUES

	2024	2023
Estoque	1.577	766
Total	1.577	766

Refere-se a estoque de materiais sobressalentes com peças para reposição específicos, vinculados às características do projeto.

NOTA 08 - ATIVO DA CONCESSÃO

Síntese da movimentação do ativo da concessão

		31/12/2023					31/12/2024		
Ativo da Concessão	Taxa média ponderada (a.a.)	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Adições	Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativo da Concessão	2% a 6,67%	176.310	(27.403)	148.907	-	(5.321)	176.310	(32.724)	143.586
		176.310	(27.403)	148.907	-	(5.321)	176.310	(32.724)	143.586

Ano Anterior

		31/12/2022					31/12/2023		
Ativo da Concessão	Taxa média ponderada (a.a.)	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Adições	Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativo da Concessão	2% a 6,67%	154.731	(3.472)	151.259	21.579	(23.931)	176.310	(27.403)	148.907
		154.731	(3.472)	151.259	21.579	(23.931)	176.310	(27.403)	148.907

	2024	2023
Ativo da Concessão - Circulante	30.249	35.210
Ativo da Concessão - Não Circulante	113.337	113.697
Total	143.586	148.907

A concessão da **GUAÍRA Transmissora de Energia Ltda.** está classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, com o recebimento do fluxo de caixa, porém, condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerido para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual da Empresa é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação (caixa) vinculado às obrigações de performance de finalização da obra e de operação e manutenção, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e respectivos custos das obras relacionadas à formação deste ativo realizado à medida que os gastos de construção são incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto para Pessoa Jurídica -IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, que estão registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

A **Guaíra Transmissora de Energia Ltda.** realizou a implementação do remanejamento dos reatores 13,8kV na SE Guaíra, pela distância aproximada de 400m, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações; a implementação de trechos de Linha de Transmissão em 230kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 4,5km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV LT Londrina (ESUL) – Apucarana C1, e Subestação Londrina Sul, as Entradas de Linha correspondentes na Subestação Londrina Sul, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das subestações Londrina (ESUL) e Apucarana, os quais foram doados conforme prevê o contrato de concessão para a Companhia Paranaense de Energia – COPEL, no valor total de R\$ 20.526, o qual está incluído no total apresentado do Ativo de Concessão.

NOTA 09 - ATIVO INTANGÍVEL

Síntese da movimentação do ativo intangível								
		31/12/2023				31/12/2024		
Intangível	Taxa média ponderada (a.a.)	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Software	20,00%	205	(55)	150	(35)	205	(90)	115
		205	(55)	150	(35)	205	(90)	115
Ano Anterior								
		31/12/2022				31/12/2023		
Intangível	Taxa média ponderada (a.a.)	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Amortização	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Software	20,00%	205	(21)	184	(34)	205	(55)	150
		205	(21)	184	(34)	205	(55)	150

NOTA 10 - FORNECEDORES

	Saldo a vencer em 30 dias	2024	2023
Fornecedores	257	257	397
Total	257	257	397

Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados às atividades da Empresa. O saldo de fornecedores está demonstrado em Reais – R\$.

NOTA 11 - OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2024	2023
INSS a Recolher	3	4
Pis/Cofins e CSLL retidos a Recolher	-	24
IRRF sobre Serviços a Recolher	1	6
IRPJ a Recolher	265	232
CSLL a recolher	133	122
Pis a recolher	22	22
Cofins a Recolher	100	100
Total	524	510

NOTA 12 - OBRIGAÇÕES COM QUOTISTAS

	2024	2023
Dividendos propostos	5.545	12.140
Total	5.545	12.140

O montante de R\$ 5.545 (R\$ 12.140 em 2023), refere-se aos dividendos aprovados do exercício de 2023, ainda não liquidados. Em 30/12/2024 através da ATA de Assembleia Geral Extraordinária a Empresa deixou de ser uma empresa “S.A.” e transformou-se em uma empresa “LTDA”.

NOTA 13 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

	2024	2023
F.N.D.C.T.	67	45
MME	98	91
CDE	77	48
P&D	352	225
Total	594	409

Os recursos destinados à Pesquisa e Desenvolvimento – P&D começarão a serem aplicados no exercício de 2024.

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS

	2024	2023
IRPJ Diferido	3.252	3.372
CSLL Diferida	1.171	1.214
Pis Diferido	933	968
Cofins Diferido	4.307	4.467
Total	9.663	10.021

As obrigações fiscais diferidas são calculadas pelas diferenças temporárias sobre o ativo da concessão. O impacto no resultado de 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 163 (R\$ 72 em 31 de dezembro de 2023).

NOTA 15 - ADIANTAMENTO FUTURO AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL

Durante o exercício de 2024 o saldo de R\$ 24.466 foi devolvido as sócias.

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 85.000 (Oitenta e cinco milhões de reais), dividido em 85.000.000 (Oitenta e Cinco milhões) quotas sem valor nominal.

As Reservas de Lucro foram constituídas com o objetivo de reter parte dos lucros gerados pela empresa, visando fortalecer sua posição financeira e garantir maior flexibilidade para enfrentar

futuras necessidades de investimentos ou contingências, está medida visa fortalecer sua estrutura de capital e lidar com eventuais desafios econômicos, sempre com o objetivo de preservar sua saúde financeira a longo prazo.

NOTA 17 - REMUNERAÇÃO DOS ATIVOS DA CONCESSÃO, LÍQUIDA

	2024	2023
Receita de Construção	663	955
Receita de O&M	4.984	4.884
Receita Financeira	29.226	29.689
Receita Bruta Operacional	34.873	35.528
	2024	2023
Pis	(232)	(151)
Cofins	(1.069)	(905)
Encargos Setoriais	(447)	(371)
(-) Deduções da Receita	(1.748)	(1.427)
Receita Operacional Líquida	33.125	34.101

NOTA 18 - GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Assessorias e Consultorias	(20)	(23)
Despesas Legais	(75)	-
Energia Elétrica	(79)	(59)
Telecomunicações	(33)	(32)
Advogados	-	(32)
Outras Gerais e Administrativas	(21)	(13)
Total Gerais e Administrativas	(228)	(159)

NOTA 19 - RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras	2024	2023
Rendimentos de Aplicações Financeiras	637	821
Descontos Obtidos	40	9
Outras Receitas Recebidas	10	-
Receitas Financeiras	687	830
Despesas Financeiras	2024	2023
(-) Despesas Bancárias	(111)	(103)
(-) Juros de Mora - Títulos	(1)	(10)
(-) Variações Monetárias	(37)	(25)
(-) Amortização do Ajuste a Valor Presente	(389)	(389)
(-) Despesas Financeiras	(538)	(527)
Resultado Financeiro	149	303

NOTA 20 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A administração da Empresa, amparada na opinião dos assessores jurídicos, estima que não há provisões para contingências a serem constituídas ou divulgadas para cobrir eventuais perdas com processos judiciais em 2024.

NOTA 21 – REAPRESENTAÇÃO DE CIFRAS COMPARATIVAS

	31 de Dezembro de 2023			1º de Janeiro de 2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL						
<u>ATIVO</u>						
<u>Circulante</u>	<u>6.192</u>	<u>31.765</u>	<u>37.957</u>	<u>7.222</u>	<u>29.551</u>	<u>36.773</u>
Outros Ativos	2.747	-	2.747	3.777	-	3.777
Ativo da Financeiro	3.445	(3.445)	-	3.445	(3.445)	-
Ativo da Concessão	-	35.210	35.210	-	32.996	32.996
<u>Não Circulante</u>	<u>124.240</u>	<u>(10.390)</u>	<u>113.850</u>	<u>128.539</u>	<u>(10.089)</u>	<u>118.450</u>
Outros Ativos Não Circulante	3	-	3	3	-	3
Ativo da Financeiro	104.724	(104.724)	-	108.168	(108.168)	-
Ativo da Concessão	-	113.697	113.697	-	118.263	118.263
Intangível	19.513	(19.363)	150	20.368	(20.184)	184
TOTAL DO ATIVO	130.432	21.375	151.807	135.761	19.462	155.223
<u>PASSIVO</u>						
<u>Circulante</u>	<u>13.456</u>	<u>-</u>	<u>13.456</u>	<u>8.501</u>	<u>-</u>	<u>8.501</u>
Obrigações Diversas	13.456	-	13.456	8.501	-	8.501
<u>Não Circulante</u>	<u>2.494</u>	<u>7.527</u>	<u>10.021</u>	<u>29.065</u>	<u>7.581</u>	<u>36.646</u>
Obrigações Diversas	-	-	-	26.466	-	26.466
Obrigações Fiscais Diferidas	2.494	7.527	10.021	2.599	7.581	10.180
<u>Patrimonio Líquido</u>	<u>114.482</u>	<u>13.848</u>	<u>128.330</u>	<u>98.195</u>	<u>11.881</u>	<u>110.076</u>
TOTAL DO PASSIVO	130.432	21.375	151.807	135.761	19.462	155.223

	31 de Dezembro de 2023		
	<u>Originalmente apresentado</u>	<u>Ajuste</u>	Reapresentado
Receita de Construção	-	955	955
Receita de O&M	38.204	(33.340)	4.884
Receita com remuneração do ativo de concessão	-	29.725	29.689
Receita Operacional Bruta	38.204	(2.660)	35.528
(-) Deduções	(1.765)	338	(1.427)
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	36.439	(2.322)	34.101
(-) Custos Operacionais	(8.021)	3.402	(4.619)
Lucro Bruto	28.418	1.080	29.482
<u>Receitas (Despesas) Operacionais</u>	(159)	-	(159)
Gerais e Administrativas	(159)	-	(159)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	28.259	1.080	29.323
<u>Resultado Financeiro</u>	303	-	303
Receitas Financeiras	830	-	830
Despesas Financeiras	(527)	-	(527)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	28.562	1.080	29.626
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(1.433)	339	(1.094)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	106	(178)	(72)
Resultado Líquido do Exercício	27.235	1.241	28.460

Em 2017 a **Guaíra Transmissora de Energia Ltda.** firmou um contrato de concessão (por 30 anos) com a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), conforme previsto em contrato, a transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas:

- (i) construir; e,
- (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão.

As Demonstrações Financeiras da **Guaíra** não mencionam:

- O reconhecimento das receitas em conformidade com o IFRS 15 / CPC 47 (Receita de contrato com clientes)
- Ativos Financeiros em conformidade com o IFRS 9 / CPC 48 (Instrumentos Financeiros).

Os ajustes necessários com base no fluxo de Caixa projetado foram calculados e consequentemente realizados e as Demonstrações estão sendo reapresentadas contemplando este evento.

* * *